

CURRICULUM VITAE

DE

JOÃO PEDRO DHANIS DO CANTO E CASTRO¹

abril de 2025

CURRICULUM VITAE

Elementos Biográficos

Nome: João Pedro Dhanis do Canto e Castro.

Situação Actual

Diretor Jurídico (Diretor de Departamento) da Direção de Concessões da Infraestruturas de Portugal S.A (Ex Estradas de Portugal, S.A.) desde 18 de Agosto de 2008.

Áreas Principais: Parcerias Público-Privadas, Contratação Pública, Concessões, Empreitadas de Obra Pública e Prestação de Serviços, Arbitragem e Contencioso Administrativo.

Habilitações Académicas.

Iusfool- Curso breve da União Europeia. Junho de 2022

Pós-Graduação sobre relevância e métodos de avaliação custo-benefício na atualidade. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 2021

Curso Avançado sobre Arbitragem Administrativa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 2021

Frequência da Pós-Graduação de Atualização “Contratos Públicos em Especial”, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Março de 2014 a Maio do mesmo ano.

Frequência da Pós-Graduação em Contratação Pública, organizada pelo Centro de Estudos de Direito e Regulação Pública da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Novembro de 2008 a Janeiro de 2009.

“Programa Avançado sobre Parcerias Público-Privadas”, organizado pela Faculdade de Economia da Universidade Católica de Lisboa. Outubro a Dezembro de 2005.

Pós-graduado em “O Novo Contencioso Administrativo”, com média final de 15/20 valores, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa. Setembro de 2003.

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14/20 valores. Julho de 1997

Experiência profissional

Advogado (Associado e Associado Sénior) na sociedade de Advogados *Sérvulo Correia & Associados* de Maio de 2005 a Agosto de 2008.

Áreas Principais: Parcerias Público-Privadas, Contratação Pública e Contencioso Administrativo.

Assessor jurídico do vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Carlos Monteiro – Setembro de 2004 a Abril de 2005.

Áreas Principais: Contencioso Administrativo e Contratação Pública.

Adjunto (e chefe de gabinete em regime de substituição) do Secretário de Estado dos Transportes do XV Governo Constitucional, Eng. Francisco Seabra - Abril de 2002 a Julho de 2004

Assessor Jurídico do Grupo Parlamentar do CDS/PP na Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente, tendo prestado apoio jurídico, designadamente, na revisão da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e na criação da

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural). 2000 a 2002

Artigos e Obras Publicadas

A importância da gestão pública de contratos
Revista de Contratos Públicos, n.º 35. jun de 2024

Regime Jurídico Aplicável à Intervenção do Estado em PPP. Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio. Anotado, Editora D'Ideias, Junho de 2023.

O Tribunal de Contas e o princípio da separação de poderes: alguns problemas
Revista de Direito Público da Economia, ano 20, n.º 80, outubro/dezembro 2022;
Editora Fórum (Brasil)

Estudos sobre o regime jurídico das PPP e sua regulação no Código dos Contratos Públicos
Editora Petrony. Março de 2022

Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas (RJPPP): Anotação ao Artigo 4.º Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas
Observatório da Almedina. Julho de 2022

Reflexão e análise crítica sobre o regime excecional e temporário de reposição do equilíbrio financeiro de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da pandemia da doença covid-19 – Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril
Reflexão e análise crítica sobre o regime excecional e temporário de reposição do equilíbrio financeiro de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da pandemia da doença covid-19 – Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril
AAFDL. Julho de 2022

Contratação Pública, Proteção e Salvaguarda da Resiliência de Infraestruturas Críticas

Revista de Direito Administrativo, n.ºs 11 e 12. Set de 2021

Vicissitudes dos contratos em regime de PPP

Revista de Contratos Públicos, n.º 26. Junho de 2021

A Regulação das Parcerias Público-Privadas no Código dos Contratos Públicos, Revista dos Contratos Públicos, n.º 4, 2012, páginas 177-201.

Uma apreciação geral do regime jurídico geral das parcerias público-privadas, Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 15, 2009, páginas 151-243.

DL 86/2003 – Uma perspectiva jurídico política sobre o regime das parcerias público privadas”, Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 5, 2005, páginas 107-171.